4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

12 de janeiro de 2016. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Carlos Manuel Martins*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais

Nome — Glória Maria Ramos Ferreira

Data de nascimento — 17/10/1966

Nacionalidade: Portuguesa

Habilitações académicas

Licenciatura em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa.

Curso de Direito Social Comunitário, promovido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Curso de Direito da União Europeia — Os Contratos Públicos no Direito Comunitário e no Direito Português, promovido pelo Instituto Europeu, Faculdade de Direito de Lisboa.

Pós-Graduação em Direito das Autarquias Locais, promovido pelo Instituto de Ciências Jurídico Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa.

Experiência profissional

Adjunta no Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente do XX Governo Constitucional (de outubro a novembro de 2015).

Adjunta no Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente do XIX Governo Constitucional (26 de julho de 2013 a 29 de outubro de 2015).

Técnica Especialista no Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território do XIX Governo Constitucional (fevereiro a julho de 2013).

Assessoria Jurídica às empresas integrantes no Grupo Parque EXPO (Parque EXPO — Gestão Urbana do Parque das Nações, S. A.; Oceanário de Lisboa, S. A.; Atlântico — Pavilhão Multiusos de Lisboa; BlueTicket — Serviços de Bilhética, S. A. e Marina Parque das Nações, S. A.), bem como às várias intervenções e programas determinados pelo Estado Português e autarquias territorialmente competentes à Parque EXPO 98, S. A., em articulação com as respetivas entidades gestoras (e.g., Programa Polis — Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades e Polis Litoral — Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira; Operações de Requalificação e Reabilitação Urbana da Frente Ribeirinha de Lisboa (Projeto Frente Tejo); Projeto Arco Ribeirinho Sul — Requalificação Urbanística de importantes áreas da margem sul do estuário do Tejo (áreas industriais da Quimiparque, no Barreiro, da Margueira, em Almada, e da Siderurgia no Seixal) de 2001 até 2013.

Jurista num grupo empresarial nacional com atividades na área do ambiente, construção civil e obras públicas, energia, saúde e turismo, de 1997 a 2000.

Chefe de Serviços e Responsável pela Secção de Pré-Contencioso do Sindicato dos Trabalhadores de Portaria, Limpeza, Vigilância, Domésticas e Atividades Diversas (STAD) de 1992 a 1996.

209292389

Despacho n.º 1708/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de motorista no meu gabinete, José Alberto Pereira Amaral, assistente operacional da Agência Portuguesa do Ambiente, com efeitos a partir de 26 de novembro de 2015.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

12 de janeiro de 2016. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Carlos Manuel Martins*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: José Alberto Pereira Amaral.

Data de nascimento: 30 de julho de 1967.

Habilitações académicas:

9.º ano de escolaridade.

Experiência profissional:

Entre 30 de outubro e 25 de novembro de 2015: motorista do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente do XX Governo Constitucional;

Entre 26 de julho de 2013 e 29 de outubro de 2015: motorista do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente do XIX Governo Constitucional;

Entre 1 de fevereiro e 24 de julho de 2013: motorista do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território do XIX Governo Constitucional;

Em 1999: assistente operacional da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.;

Entre 1985 e 1999: Câmara Municipal da Amadora.

209292559

Despacho n.º 1709/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de motorista no meu gabinete, Bernardino Braz Marcelino Pereira, técnico operacional da EPAL — Empresa Portuguesa de Águas Livres, S. A., com efeitos a partir de 1 de dezembro de 2015.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

12 de janeiro de 2016. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Carlos Manuel Martins*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais

Nome: Bernardino Braz Marcelino Pereira

Data de nascimento: 3 de fevereiro de 1968

Habilitações académicas: ensino secundário

Experiência profissional:

Tem desenvolvido a sua carreira profissional, ao longo dos últimos anos, pelo exercício de funções de motorista, nomeadamente, na LISTRATA — Tratamento de Efluentes Urbanos de Lisboa, EMARLIS — Empresa Municipal de Águas Residuais de Lisboa, Simtejo — Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A. e EPAL — Empresa Portuguesa de Águas Livres, S. A.

209292501

Despacho n.º 1710/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de técnico especialista no meu gabinete, o licenciado Francisco José Pinto Silva Narciso, assessor da AdP — Águas de Portugal, SGPS, S. A., com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2015.

2 — O designado opta pelo estatuto remuneratório correspondente às funções que exercia na origem, ao abrigo do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo serviço de origem, nos termos do n.º 12 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — O designado fica autorizado a exercer atividades docentes em instituições de ensino superior, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 7.º do mesmo decreto-lei.

5 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

6 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

18 de janeiro de 2016. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Carlos Manuel Martins*.